



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

SUPREMA ENTREVISTA¹⁻²

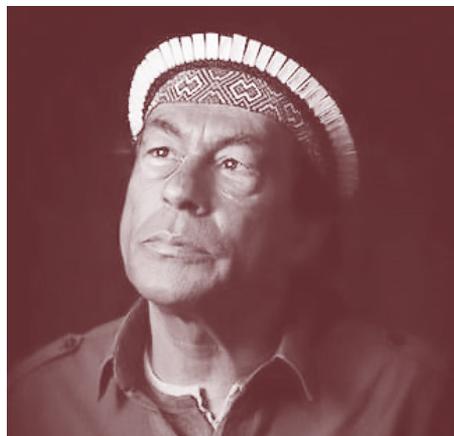
Ailton Krenak

Entrevistado por:

Patrícia Perrone Campos Mello³

Lívia Gil Guimarães⁴

Raquel Beutel Semenzato Proazzi⁵



Fonte: foto fornecida pelo entrevistado (livre de direitos autorais).

Ailton Krenak é um ativista político, filósofo, escritor, poeta e contador de histórias. Indígena da etnia Krenak, nasceu em 1953 no município de Ita-

birinha, Minas Gerais, às margens do Rio Doce, reverenciado como Watu. Aos dezessete anos, mudou-se para o estado do Paraná, onde se alfabetizou

¹ MELLO, Patrícia Perrone Campos; GUIMARÃES, Lívia Gil; BEUTEL, Raquel. Entrevista com Ailton Krenak. *Suprema*: revista de estudos constitucionais, Brasília, v. 5, n. especial, p. 21-31, 2025. DOI: <https://doi.org/10.53798/suprema.2025.v5.nEspecial.a521>.

² Agradecemos às estagiárias Luana Ainoã Viana de Souza e Beatriz de Araujo Roriz pelo auxílio com a pesquisa e levantamento das informações exploradas neste trabalho. Também agradecemos à revisora de texto Nathany Dias de Araujo pela transcrição da entrevista, originalmente realizada por videoconferência.

³ Professora-Doutora Titular do Programa Graduação e Pós-Graduação do Centro Universitário de Brasília (CEUB). Professora Adjunta de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Secretária de Altos Estudos do Supremo Tribunal Federal. Doutora e Mestre em Direito pela UERJ. Realizou estudos pós-doutorais na Harvard Kennedy School (Ash Center for Democratic Governance and Innovation, EUA) e no Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law (Alemanha). Procuradora do Estado do Rio de Janeiro (2000-2024). Editora-Chefe da Revista Brasileira de Políticas Públicas (CEUB) e da Suprema Revista de Estudos Constitucionais (STF). Membro do Comitê Executivo da International Association of Constitutional Law (IACL). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5868299371482978>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2929-5642>. E-mail: patricia.mello@stf.jus.br.

⁴ Doutora e Mestre em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutoranda na mesma instituição. Professora voluntária na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora associada do Grupo Constituição, Política e Instituições (Copi) e Coordenadora do Grupo de Pesquisas e Estudos sobre Inclusão na Academia (GPEIA), ambos na USP. Coordenadora de Pesquisas Judiciárias da Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação do STF. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3072761339331439>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7764-3301>. E-mail: liviagilguimaraes@gmail.com.

⁵ Graduada em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (CEUB). Pesquisadora da Coordenadoria de Pesquisas Judiciárias da Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação do STF. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1458334052231908>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9236-9195>. E-mail: raquel.proazzi@stf.jus.br.

e se tornou produtor gráfico e jornalista. A história de ativismo e luta política atravessa toda a sua vida. No entanto, a partir da década de 1980, Krenak passou a dedicar-se exclusivamente ao movimento indígena. Em 1982, foi membro fundador da União das Nações Indígenas (UNI), tornando-se coordenador em 1984. Em 1985, fundou o Núcleo de Cultura Indígena, Organização sem Fins Lucrativos, para promover a cultura indígena. Desde 1987, coordena a Aliança dos Povos da Floresta e, a partir de 2000, tornou-se coordenador interinstitucional da iniciativa Rede Digital de Monitoramento Ambiental da Rede Povos da Floresta.

Krenak foi uma das principais lideranças da luta pela inserção dos direitos indígenas na Constituição de 1988 e proferiu, na Assembleia Constituinte, um dos discursos mais emblemáticos da história da Constituinte. Seu trabalho em prol dos direitos humanos e da terra foi reconhecido por diversas instituições, com o recebimento de honrarias, dentre as quais destacamos o Prêmio *Letelier-Moffitt* de Direitos Humanos em Washington; o Prêmio Nacional de Direitos Humanos – Brasil na categoria Comunidades Indígenas; a Comenda de Ordem do Mérito Cultural do Brasil; o Prêmio *Prince Claus*, concedido pela Família Real Holandesa; e o título honorífico de Cavaleiro da Ordem Nacional da Legião de Honra da República Francesa.

Tornou-se a primeira pessoa indígena a ser imortalizada pela Academia Bra-

sileira de Letras, passando a ocupar a Cadeira 5 da instituição em 5 de outubro de 2023. Acumula, ainda, a Cadeira 24 da Academia Mineira de Letras, por distinção no campo da arte e da literatura (2021). É autor de mais de uma dezena de obras, já traduzidas para diversos idiomas, que o levaram a conquistar o Prêmio Juca Pato de Intelectual do Ano em 2020. Recebeu os títulos de Professor Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Federal de Juiz de Fora e pela Universidade de Brasília. Atualmente, vive na Reserva Indígena Krenak, localizada em Resplendor, município do estado de Minas Gerais, com sua família.

Parte 1 - “O começo de tudo”⁶

Terra, Identidade e Saberes

Suprema. Professor, o senhor carrega as suas raízes, a cultura e a resistência de seu povo em muitos dos seus discursos e conhecimentos, os quais parecem estar conectados à sua própria história. Em declarações públicas, o senhor comenta que já viveu em diferentes estados e hoje vive na Terra Indígena Krenak, da qual esteve exilado por um largo período em razão da invasão violenta por ela sofrida. Como esses movimentos de saída e retorno a Terra impactaram a sua percepção sobre si e sobre o mundo?

⁶ Os títulos dados às partes desta entrevista foram retirados de falas de Ailton Krenak em palestras, discursos e entrevistas publicamente disponibilizadas.

AK. Talvez essa experiência cheia de sustos e deslocamentos tenha ampliado a minha sensibilidade sobre os dramas que as comunidades humanas vivem. Eu acho que me tornou mais sensível para entender a questão, por exemplo, de um planeta convulsionado, com quase um bilhão de refugiados. Quer dizer, de alguma maneira, eu também sou um refugiado, mesmo vivendo lá no Watu, na beira do Rio Doce, porque aquele rio está bloqueado. A bacia do Rio Doce está impedida de receber a vida no sentido pleno.

Não tem mais peixe, é uma bacia hidrográfica com 630km, calcinada pela lama da mineração. Nós, os Krenak e os ribeirinhos, não podemos pôr a mão na água do rio. Tem um poema do Fernando Brant e de Milton Nascimento que diz que a água do rio virou veneno. É um poema trágico, mas nós estamos vivendo a situação real de um rio que não tem peixe, que não tem vida.

O meu trânsito por outros territórios me mostrou que o sofrimento das pessoas, quando têm que se deslocar do seu território de origem, não cessa nunca mais. Então, assim, os territórios de origem eu acho que não são os lugares de onde a gente parte carregando nossas raízes, são os lugares que sustentam a nossa subjetividade, a nossa poética de existência; sem isso, a gente poderia ser,

numa boa, um *android* qualquer – sem afeto, sem sentimento. A gente poderia morar em qualquer lugar do mundo, e tem gente que acredita nisso, que pode morar em qualquer lugar do mundo. Eu sempre fiquei abismado com essa ideia de você sair voluntariamente do seu lugar de origem para colonizar outros lugares do mundo. Eu sou uma pessoa decididamente contra-colonial, como diz Nêgo Bispo. Eu não quero colonizar os outros nem quero que me colonizem. Eu sou contra-colonial.

Os territórios de origem eu acho que não são os lugares de onde a gente parte carregando nossas raízes, são os lugares que sustentam a nossa subjetividade, a nossa poética de existência; sem isso, a gente poderia ser, numa boa, um *android* qualquer – sem afeto, sem sentimento.

Suprema. O Censo Demográfico de 2022⁷ indicou que a população auto-declarada indígena no Brasil superou a marca de 1,5 milhões de pessoas, um crescimento de aproximadamente 89% em comparação aos dados levantados

em 2010. Além disso, as informações demonstram que cerca de 63% dessa população vive fora dos territórios. Em sua opinião, o que mudou no cenário nacional para que, passada mais de uma década, um quantitativo maior de pessoas começasse a se auto-declarar indígena? Estar dentro ou fora do território impacta, de alguma forma, o processo de autorreconhecimento enquanto indivíduo indígena?

⁷ Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/> e <https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/home/>.

AK. Bem, essa pergunta implica, em pelo menos, uns dois ou três comentários. O primeiro deles é que esse é o efeito da nossa Constituinte de 1988. Eu falo de 87 porque foi quando eu fiz aquele discurso que resultou na adoção, pelo texto da nossa constituinte, de 87-88, dos direitos indígenas. Aquele capítulo dos direitos dos povos indígenas mudou a história do Brasil. A despeito de toda a violência com que ele é atacado, a tentativa de neutralizá-lo através de coisas como marco temporal, aquele princípio constitucional mudou a relação do Estado brasileiro com os povos nativos. Estes eram contados demograficamente como em extinção. Os dados do IBGE sobre a população indígena eram decrescentes. Eu me lembro disso. Eu nasci na década de 50, e os relatórios diziam que, até o ano 2000, de repente não teria mais indígena no Brasil.

A ideia integracionista, a ideia de absorver a diversidade em uma mesma monocultura, supunha que a gente não ia ter diversidade linguística, que a gente não ia ter as diferentes realidades que envolvem a vida das nossas populações originárias e isso era a tônica. A Constituinte mudou esse horizonte, e eu acredito que, em um futuro, nós possamos, inclusive, ter uma paisagem onde uma minoria dessa expressiva população declaradamente

indígena vai viver em áreas, digamos, naturais, na zona rural, em florestas, e talvez até 90% deles venham a habitar áreas com infraestrutura que a gente identifica como urbanas e que seriam “desaldeados”, que eu acho um termo mal resolvido. A gente não chama os brancos de desaldeados, mas, quando vieram para cá, eles viviam em aldeias na Europa, em Portugal.

O professor Zé Geraldo, daí da UnB, é um vasto conhecedor dessa história, tanto dos europeus que vieram para cá quanto dos povos originários que interessam a ele estudar, ele sabe que os antepassados dele viviam em aldeias – lá em Portugal, lá na Espanha. Então a gente poderia chamar os brancos que vivem aqui no Brasil de desaldeados,

não só os indígenas. Quando você diz que os indígenas são desaldeados, você está tirando deles alguma qualidade, é como se eles tivessem que estar fixados em um lugar que historicamente o povo deles viveu para ser considerado gente.

Suprema. O seu evidente e amplo conhecimento sobre a vida, que ultrapassa os limites da academia tradicional, foi reconhecido e prestigiado por duas importantes universidades brasileiras quando lhe foi concedido o título de Professor Doutor *Honoris Causa*. Como observa

Aquele capítulo dos direitos dos povos indígenas mudou a história do Brasil. A despeito de toda a violência com que ele é atacado, a tentativa de neutralizá-lo através de coisas como marco temporal, aquele princípio constitucional mudou a relação do Estado brasileiro com os povos nativos.

a abertura da comunidade acadêmica para os saberes tradicionais e/ou indígenas? Quais são os desafios enfrentados para incorporá-los à produção de conhecimento científico pelas universidades?

AK. Eu acredito que a observação científica, aquela que implica em ciência aplicada, que pode transitar entre o conhecimento tradicional desses povos e a indústria de medicamentos, de alimento, de outros itens, se dá já de uma maneira muito ativa desde o final da década de 80/90.

No final da década de 90, eu li um relatório que dizia que 8 bilhões de dólares no mundo movimentam produtos, desde cosméticos até fitoterápicos, que são originários de práticas associadas ao conhecimento tradicional, quer dizer, existe, inclusive, uma convenção que vincula o conhecimento tradicional e o acesso a recursos genéticos como termos vinculantes.

Os povos originários, em muitos lugares do mundo, reclamam compensação financeira por conta da indústria farmacêutica, a indústria de cosméticos e essas nanotecnologias todas que conseguem despistar a origem de muitas das matérias com que eles produzem e botam coisas no mercado. Então os povos originários que cultivaram, que guardaram e que mantêm

conhecimento sobre essas variedades, essas diversidades todas, deveriam ser considerados como associados, mas são expropriados, é por isso que ainda acabam recebendo o apelido de desaldeados. Não são desaldeados. Se eles estão dentro do território brasileiro, estão em casa. A gente tem que descobrir uma maneira do IBGE, ao invés de chamar essa maioria indígena de desaldeados, criar um termo que fosse mais acolhedor nos espaços que eles estão tendo que reconstruir suas socialidades, suas vidas.

Os povos originários que cultivaram, que guardaram e que mantêm conhecimento sobre essas variedades, essas diversidades todas, deveriam ser considerados como associados, mas são expropriados.

Sobre as universidades e as academias acolherem essa cosmopolização indígena, eu acho que é uma novidade maravilhosa, e o livro do Davi Kopenawa Yanomami, “A queda do céu”, é um exemplo disso, porque está

adotado em dezenas de universidades no mundo, inclusive as universidades europeias, que têm muita restrição a adotar autores que não sejam eles mesmos.

Eu fico muito honrado de, em companhia de pessoas como Kopenawa Yanomami, estar sendo lido também nas universidades da Europa e mesmo da Ásia. Os meus textos foram traduzidos na Universidade de Seul, na Coreia. Eu acho bom que os coreanos estão lendo autores indígenas da América do Sul e vendo nisso alguma novidade, espero

que a gente consiga ampliar essas relações com a universidade, com as academias. Eu acho que eles estão recepcionando muito bem essa disposição dos pensadores indígenas em trocar ideias com o Ocidente, inclusive porque o Ocidente está entrando em colapso, se ele não trocar ideia com ninguém, ele vai para o fim do mundo.

Suprema. O senhor é autor de diversas obras, traduzidas para mais de 10 idiomas⁸, e dezenas de milhares de cópias vendidas só no Brasil⁹. A partir da leitura de seus livros, é notória a escrita fluida, acessível e com traços de oralidade, características que potencializam no leitor uma sensação de proximidade com o autor e com o próprio texto. Como acontece o seu processo de elaboração das obras? Quais são os seus propósitos ao registrar e publicar suas ideias?

AK. Definitivamente não. Seria me atribuir um tipo de objetividade que eu não cultivo. Como diz o poeta

Eu tenho vocação para árvore. Uma árvore não planeja como ela vai florescer.

Manoel de Barros, eu tenho vocação para árvore. Uma árvore não planeja como ela vai florescer. Eu nunca pensei que eu fosse ter livros listados como *best sellers*, eu achei, assim, um escândalo quando apareceu uma matéria dizendo que eu tinha alcançado essa condição. Tem um amigo meu que, aliás, é da Academia Brasileira de Letras, que diz que *best seller* é aquilo que o mercado quer vender. É verdade em um certo sentido. A grande maioria das obras listadas como *best seller* é porque o mercado quis fazer aquilo virar *best seller*.

Milton Nascimento foi levado a Los Angeles para o evento do *Grammy*, foi esnobado por esse tipo de gente que produz *best seller* e voltou para o Brasil um pouco magoado de aquela gente esnobe não o ver, mas ele é maior do que essas bobagens de *best seller*. Eu espero que eu sobreviva ao *best seller*.

Suprema. Tem *best sellers* que eles querem vender e existem *best sellers* que eles vão ter que vender apesar de não querer?

AK. É, exatamente, mas eu acredito que são poucos os que eles têm que vender. É muito curioso. Agora, no mês de abril, serão lançados, na França, dois títulos traduzidos que já foram publicados no Brasil e que foram traduzidos lá, publicados por uma editora chamada *Dehors*. Eu não sei falar francês, mas eu já des-

⁸ Informação conforme disposto em: <https://www.academia.org.br/noticias/abl-na-midia-uol-ailton-krenak-o-primeiro-indigena-integrar-academia-brasileira-de-letras#:~:text=O%20escritor%20de%2070%20anos,para%20mais%20de%2010%20idiomas>.

⁹ Informação do site oficial da plataforma de vendas Amazon. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Ideias-para-adiar-mundo-edi%C3%A7%C3%A3o/dp/8535933581>.

cobri que é “fora da porta”, qualquer coisa assim. Eles publicam Viveiros de Castro, publicam o pessoal que discute as mudanças climáticas, então eu estou em boa companhia. São dois títulos de um autor brasileiro, lançados no Ano do Brasil na França, como um dos eventos de celebração. Eu acho que qualquer autor brasileiro adoraria estar nessa lista, que é diferente da lista do *best seller*.

Eu deixei alguma vírgula que eu ia comentar com você da pergunta sobre o processo, a escrita, a criação. Não planejo, nunca pensei em escrever nem publicar nada, então as coisas são assim. “Ideias para adiar o fim do mundo”, que é o meu livro que mais espalhou pelo mundo, nasceu de uma conferência em Lisboa, uma palestra no Teatro Maria Matos e uma entrevista. Foram três situações que originaram os textos que resultaram no livro. Não dá para dizer para você que “ah, eu parei, meditei, escrevi ‘Ideias para adiar o fim do mundo’”. Quem fazia isso era o Hemingway, ele pegava um mojito, um rum, chegava na janela e ficava olhando a paisagem, e dizem que ele ficava escrevendo à mão. Eu não acredito, eu acho que isso é tudo lenda. Aliás, eu não imagino alguém que para, pensa e escreve um livro não. Acho que isso é uma excepcionalidade.

Eu não planejei esse discurso, ele foi um acidente na minha biografia. (...) Eu tive 10 minutos para subir no púlpito e fazer a defesa do capítulo dos direitos indígenas na Constituição. Saí de lá e voltei para minha vida de cidadão comum. (...) Mas o resultado, o efeito desse gesto na vida das comunidades indígenas me honra muito.

Parte 2 - “Utopia é sonhar com a vida”

Constituinte, Democracia e Representatividade

Suprema. Em 1987, em seu discurso na Assembleia Constituinte¹⁰, o senhor realizou uma performance corajosa e autêntica que ficou marcada na história brasileira. Como percebeu, naquela época, e percebe, hoje, as reações à performance,

tanto da comunidade indígena, quanto da sociedade em geral? Ao preparar o ato, era possível imaginar que geraria tamanha repercussão, tanto no âmbito jurídico quanto social?

AK. Bem, eu não planejei esse discurso, ele foi um acidente

na minha biografia. A Wikipédia fala que eu fui parlamentar, quer dizer, que eu fui um constituinte, que eu tive mandato. É mentira, então eu poderia fazer uma frase dizendo “a Wikipédia mente”. Não acredite em tudo que aparece lá. Uma pessoa fala “ah, o senhor foi Deputado”, eu disse “nunca fui deputado”, eu tive 10 minutos para subir

¹⁰ Discurso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ildN6lyXDNE>.

no púlpito e fazer a defesa do capítulo dos direitos indígenas na Constituição. Saí de lá e voltei para minha vida de cidadão comum. Foram 120 mil assinaturas colhidas no Brasil inteiro que me deram um mandato de 10 minutos, tem gente com mandato de vida inteira, com milhares de votos, e que nos envergonham até os ossos.

Então, assim, eu não planejei nada, mas o resultado, o efeito desse gesto na vida das comunidades indígenas me honra muito e eu já escutei de anciãos que eu amo e respeito muito dizendo “Ailton, você já entrou na história, você não precisa ficar preocupado mais de esperar, porque você já entrou na história. São poucas as pessoas do nosso povo indígena que ficaram tão difundidas no meio das outras populações não indígenas como alguém que fez um gesto definitivo. Você já está na nossa história”. Então, se eu já estou na história dos nossos povos, para mim é maravilhoso, eu não tenho nenhuma ambição, nem de escrever um grande livro nem de fazer nenhuma manobra muito radical.

Suprema. Para além de sua participação emblemática na Constituinte, o senhor foi autor de diversos atos de significativa importância democrática. Em 1990, assinou uma carta conjunta¹¹, em nome da UNI, para o Secretário Nacional do Meio Ambiente, que

denunciava invasões garimpeiras à Terra Indígena Yanomami, alvo de disputas econômicas e institucionais. Além disso, o documento recomendava medidas para a solução efetiva do problema, como a desintrusão do território e a execução de um plano permanente de saúde. Nos últimos anos, a crise sanitária e ambiental na Terra Indígena Yanomami voltou a ser destaque midiático, o que levou à adoção de medidas¹² bastante similares às recomendadas nos anos 90 pelo movimento indígena. Em sua opinião, quais seriam os caminhos para que as reivindicações humanitárias do movimento indígena fossem ouvidas de maneira mais eficaz?

AK. Nós teríamos que contar com uma sociedade muito mais evoluída. Não desenvolvida, evoluída. Em algumas regiões do mundo, sociedades evoluídas protegem valores essenciais, como a vida humana, a floresta, os rios. Nós somos uma região do planeta que foi colonizada de uma maneira muito brutal até ontem e continua. Essa coisa de empreendimento ocupando o cerrado, devastando a caatinga, derrubando a Amazônia, o mercúrio, o garimpo, a mineração, essa prioridade da extração, essa economia extrativista

krenak-e-organizacoes-indigenas-e-indigenistas-para-o-secretario-nacional-do-meio-ambiente/.

¹² As referidas medidas foram determinadas em sede da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 709.

¹¹ Texto da carta disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/de-ailton->

brutal, não permite que a gente se torne uma sociedade com mais equidade, com mais desejo de justiça, ela fica indiferente ao sofrimento alheio. O que eu reclamava na década de noventa eu te digo que piorou muito, não só para os Yanomami, piorou para a Amazônia inteira. O povo Munduruku não pode pescar nos rios afluentes do Tapajós porque tem mercúrio.

O Jorge Bodanzky fez um filme chamado “Amazônia, a nova Minamata?” se referindo à Minamata, que foi contaminada por mercúrio no Japão. Ele considera que, se a gente continuar assim, daqui a pouco, os ribeirinhos não vão poder beber água daqueles rios e comer aquele peixe. Quer dizer, eles estão sendo cuspidos daquele ecossistema por um modo de economia errado, que preda, que envenena o solo.

A gente começou a conversa falando que a água do rio virou veneno como se a gente já estivesse prevendo que a gente ia falar desses rios amazônicos, sendo que alguns deles têm apresentado longos períodos de secagem. O rio seca. Imagina você ver boto fritando na água quente, na água natural do rio? Então parece que a gente está diante de um daqueles cenários distópicos que foi projetado para o ano dois mil e não sei quanto, só que chegou cedo, por isso que eu digo no meu livro “Ideias para adiar o fim do mundo”: qual é o futuro que nós estamos embalando agora para entregar para as futuras gerações? Quando

eles abrirem o pacote, vão se reconhecer neles ou vão dizer feito a Greta Thunberg: “caramba, olha o que os adultos fizeram com o mundo”? São ladrões do futuro. Essa acusação, para essa geração que preda tudo, é uma acusação terrível, mas ela cabe feito uma luva.

Parte 3 - “O Presente é o Óbvio”

Direitos, Judiciário e Conectividade

Suprema. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 231, a responsabilidade da União de demarcar terras indígenas, o que permitiu a algumas comunidades o acesso a esse direito. A exemplo, em 1993, o Supremo Tribunal Federal anulou os títulos de propriedade emitidos ilegalmente sobre a Terra Indígena Krenak, de modo que a posse da extensão total da terra foi recuperada. Na mesma linha, a ADPF 709, foi apresentada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e seis partidos políticos. Esse fato foi uma novidade importante no mundo jurídico, visto que potencializou a participação formal indígena em processos no Supremo Tribunal Federal. Diante desse contexto, como o senhor entende o papel do Judiciário e do STF no processo de concretização de direitos constitucionais reivindicados pela luta indígena?

AK. Eu acho que o papel dessa Corte, historicamente, foi favorável aos direitos dos povos originários, sendo que, nos últimos anos, pós-constituente principalmente, tem havido uma maior preocupação e zelo com aqueles direitos que estão listados na nossa Constituinte e que obrigam a União a proteger a vida também, não só o território. Tem gente que pode falar: “ah, mas está devolvendo a terra para os indígenas, os indígenas não trabalham, não plantam soja, não compram máquina agrícola, que chato o STF fazer isso...”. Ora, a proteção à vida é mais relevante do que qualquer especulação financeira. Então o STF tem feito isso e irrita muita gente. Talvez, por irritar muita gente, algumas decisões não são levadas às últimas consequências. Por exemplo, essa última decisão, que deveria reintegrar as áreas de ocupação tradicional do povo Krenak, não foi cumprida ainda no chão. Tem uma série de ações de embargo, um monte de iniciativas locais, uma lista enorme de *lobbies*, feita, inclusive, por parlamentares mineiros, que impede que a decisão chegue no chão.

Alguém que não entende como que é essa ritualística pode falar “mas tomou uma decisão, está determinado”. Não. Até que isso chegue a uma instância

do Estado, até que seja autorizado pelo Governo do Estado, até que sejam mobilizados os meios e os recursos locais para dar resolução prática a uma questão como desintrusão de área por centenas de proprietários particulares que estão ali ilegalmente, que já foram notificados, mas que entraram com ação na justiça local que impede que essa determinação seja cumprida ali, no chão, na terra... Eu acompanho, então, o roteiro de um debate que acontece na Corte, no STF, até a pedra rolar e bater no chão, e às vezes demora uma eternidade.

Eu acho que o papel dessa Corte, historicamente, foi favorável aos direitos dos povos originários, sendo que, nos últimos anos, pós-constituente principalmente, tem havido uma maior preocupação e zelo com aqueles direitos que estão listados na nossa Constituinte.

Suprema. Na obra “Ideias para adiar o fim do mundo”, o senhor discute o uso do termo “meio ambiente” e a abstração criada a partir dele, que distancia os seres humanos de sua condição de parte

de um organismo vivo e conectado. A partir dessa perspectiva, como o senhor entende que a linguagem impacta na forma que vivemos e agimos? O uso de determinadas palavras, carregadas de sentidos e intenções, é capaz de gerar consequências na vida material? Qual recado o senhor gostaria de deixar, para todos nós e para o Planeta, para encerrar esta entrevista?

AK. A palavra, a maneira que nós nomeamos as coisas e o mundo, determina o mundo que nós vamos compartilhar, que nós vamos experimentar. Nós estamos vivendo nesse momento, globalmente, um efeito corrosivo do uso da palavra para mandar mensagens que têm a capacidade de desestabilizar emocionalmente e de aumentar o diagnóstico de sofrimento mental no planeta inteiro e até de criar uma espécie de suspense sobre o futuro imediato da humanidade.

Na década de sessenta, com o risco de um colapso nuclear, foi inventado um dispositivo que eles chamavam de relógio do fim do mundo. Esse relógio não é uma piada, é mesmo uma marcação do tempo que avaliava a crescente crise geopolítica global e o risco de um colapso. Agora, com o novo cenário internacional, o relógio voltou a correr.

Nós estamos, nesse relógio que é entendido como médio risco de um conflito generalizado no planeta e uma espécie de colapso, antecipando a questão do clima, quer dizer, nós não vamos esperar o clima inviabilizar a presença dos humanos aqui, nós vamos nos matar antes. Basta um brutamontes meter a mão em um botão e disparar uma

cadeia de mísseis pelo mundo. Nesse mundo de gente insana, com poderes ilimitados, querendo brincar de deuses aqui na Terra, a possibilidade de eles criarem um inferno é mesmo possível.

Relógio do fim do mundo é um aparato, é um dispositivo que mede o risco de extinção, de autoextinção do *Sapiens*. O *Sapiens* produzindo o seu próprio colapso. Eu estou muito preocupado com a ideia de que o planeta, que o clima da Terra vai se tornar insustentável e inviável para

todos nós. Isso pode demorar, mas eu tenho certeza que não demora nada para gente acabar com esse mundo por pura insanidade. Não é uma mensagem baixo astral, ela é só uma observação de alguém que pode considerar que está olhando o mundo do astral.

Eu tenho certeza que não demora nada para gente acabar com esse mundo por pura insanidade. Não é uma mensagem baixo astral, ela é só uma observação de alguém que pode considerar que está olhando o mundo do astral.